

LEI N.º 1.937
DE 18 DE MAIO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
CELEBRAR CONVÊNIO DE
COLABORAÇÃO RECÍPROCA COM O
ESTADO DE SÃO PAULO, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

faço saber que a Câmara Municipal aprovou em sessão realizada em 26 de abril de 2001 e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI N.º 1.937

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, objetivando assegurar a continuidade da implantação do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para o atendimento do ensino fundamental, nos termos do Decreto Estadual n.º 43.072, de 04 de maio de 1998, conforme minuta que passa a fazer parte integrante desta lei como Anexo I.

Art. 2.º As despesas decorrentes da execução deste convênio correrão pela Dotação Orçamentária n.º 1410.3132.08.42.188.2282.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Registre-se e publique-se.
Palácio “José Bonifácio”, em 18 de maio de 2001.

BETO MANSUR
Prefeito Municipal

Registrada no livro competente.
Departamento de Registro de Atos Oficiais da
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, em 18 de maio de 2001.

ANTONIO CARLOS BLEY PIZARRO
Chefe do Departamento

ANEXO I

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, E O MUNICÍPIO DE SANTOS, OBJETIVANDO ASSEGURAR A CONTINUIDADE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO DE PARCERIA EDUCACIONAL ESTADO – MUNICÍPIO PARA O ATENDIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

O **ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio da Secretaria Estadual de Educação, doravante denominada **SECRETARIA**, neste ato representada pela sua Titular (**Qualificação, Nome**), RG (Número), devidamente autorizada pelo Governador do Estado, nos termos do Decreto nº4.072, de 4 de maio de 1998, e o **MUNICÍPIO DE SANTOS**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado pelo Prefeito Municipal, (**Qualificação, Nome**), devidamente autorizado pela Lei Municipal n.º (Número), de (Dia) de (Mês) de (Ano), têm entre si justo e acertado celebrar o presente Convênio, com as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a ação compartilhada entre a **SECRETARIA** e o **MUNICÍPIO**, visando assegurar a continuidade da implantação e o desenvolvimento do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado - Município para o atendimento do ensino fundamental, mediante a transferência de alunos e de recursos materiais e o afastamento do pessoal docente, técnico e administrativo que implicará no repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, correspondentes ao número de matrículas assumidas pelo Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS: São objetivos do Convênio:
I – estabelecer um processo de parceria técnico-administrativa entre o Estado e o Município, para viabilizar a assunção integral ou parcial, pelo Município, dos serviços referentes à gestão do ensino fundamental;

- II – instituir um sistema de cooperação com os Municípios, envolvendo a transferência de recursos humanos, materiais e financeiros, para que estes assumam de forma integrada as responsabilidades pelo ensino fundamental;
- III – fortalecer a autonomia do Poder Local na busca de uma escola pública de qualidade para todos;
- IV – garantir assistência técnica, pedagógica, administrativa e gerencial aos municípios, para que estes desenvolvam o ensino fundamental em conformidade com as diretrizes constitucionais;
- V – colaborar com a capacitação das redes municipais de ensino, visando a manutenção de um padrão de qualidade de ensino para todas as escolas;
- VI – criar mecanismos de compensação que superem as desigualdades financeiras, administrativas e técnicas dos municípios na implementação dos programas educacionais;
- VII – instituir uma sistemática de avaliação dos sistemas de ensino, visando ao seu aprimoramento;
- VIII – (VETADO)

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA: São obrigações da **SECRETARIA**:

I – quanto à Gestão do Sistema:

- a) orientar a gestão educacional quanto à observância das diretrizes constitucionais;
- b) co-responsabilizar-se pela capacitação dos servidores dos Quadros da **SECRETARIA** colocados à disposição do **MUNICÍPIO**.

II – quanto aos Recursos Humanos:

- a) afastar junto ao **MUNICÍPIO**, por ato da autoridade competente, sem prejuízo de vencimentos ou salários e das demais vantagens, pessoal docente, técnico e administrativo, observada a legislação específica, mediante expressa solicitação do Chefe do Poder Executivo do **MUNICÍPIO**;
- b) comprovar ao **MUNICÍPIO**, mensalmente, mediante a apresentação da planilha “Demonstrativo da Despesa Mensal Decorrente do Pagamento dos Recursos Humanos Afastados”, constatando o montante despendido com o pagamento de vencimentos ou salários e dos encargos relativos aos recursos humanos colocados à sua disposição e nela relacionados.

III – quanto aos Recursos Financeiros:

- a) promover, a partir da vigência deste Termo de Convênio, os atos necessários à transferência dos recursos financeiros ao **MUNICÍPIO**, de acordo com o número de alunos matriculados na rede municipalizada, e não computado como matrículas municipais no Censo Educacional realizado, anualmente,

pelo Ministério da Educação e do Desporto, de acordo com o § 4º, do artigo 2º, da Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996;

IV – quanto à Transferência de Bens Imóveis e Móveis:

- a) promover os atos necessários para a formalização da outorga de permissão de uso dos bens imóveis de propriedade do Estado, utilizados pelo **MUNICÍPIO** na prestação de serviços educacionais, sem prejuízo de posterior doação após a assunção integral dos serviços educacionais;
- b) promover os atos necessários para a cessão de uso dos bens móveis e materiais didáticos de propriedade do Estado, destinados estritamente à prestação dos serviços educacionais transferidos e que constituam patrimônio das escolas estaduais absorvidas pelo **MUNICÍPIO**, sem prejuízo de posterior doação;
- c) tomar providências junto à Procuradoria Geral do Estado/Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e ao Conselho do Patrimônio Imobiliário, para o aperfeiçoamento dos atos a que se refere a alínea “a” deste item IV;

V – quanto ao Acompanhamento e Avaliação:

- a) manter a prerrogativa de autoridade normativa, de acompanhamento e de avaliação da execução do Plano de Trabalho integrante deste Convênio, diretamente ou por meio de terceiros devidamente credenciados, objetivando as adequações que porventura se façam necessárias para consecução dos objetivos propostos, especialmente no que se refere à regular aplicação dos recursos financeiros repassados ao **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: São obrigações do **MUNICÍPIO**:

I – quanto à Institucionalização e Gestão do Sistema:

- a) criar ou adequar o Conselho Municipal de Educação, observada a Lei n.º 9.143, de 9 de março de 1995, e o art. 4º, § 1º, inciso IV, e § 3º, da Lei Federal n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996;
- b) elaborar o Plano Municipal de Educação, integrando-o às políticas e planos educacionais do Estado, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação;
- c) instituir ou adequar o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Municipal de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Educação;
- d) garantir condições para continuidade das Associações de Pais e Mestres ou entidade similar, assegurando a presença de instituições auxiliares da escola;
- e) assumir a gestão das escolas municipalizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura deste **Convênio**.

II – quanto aos Bens Imóveis e Móveis:

- a) responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva dos prédios escolares cedidos pelo Estado;
- b) responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da utilização dos bens móveis e imóveis cedidos pelo Estado;
- c) responsabilizar-se pelas despesas de assistência técnica, de manutenção e de reposição do mobiliário, de equipamentos e de material didático-pedagógico.

III - quanto aos Recursos Humanos:

- a) realizar, no decorrer dos 12 (doze) meses, contados da assinatura deste Convênio, processo seletivo ou concurso público para ingresso, em quadros próprios do **MUNICÍPIO**, de profissionais do magistério, pessoal técnico e administrativo, necessários à execução das ações previstas no Plano de Trabalho;
- b) instituir mecanismos de controle de frequência dos docentes e do pessoal técnico e administrativo, afastados junto ao **MUNICÍPIO**, observados os direitos e deveres instituídos pela legislação estadual reguladora de seus diferentes regimes jurídicos, bem como encaminhar à **SECRETARIA/Delegacia** de Ensino os respectivos atestados de frequência, a fim de ser assegurado o processamento de seus direitos e vantagens;
- c) repor o pessoal docente, técnico e administrativo, nos casos de licença e vacância do cargo e da função ou quando houver necessidade de ampliação do quadro por expansão da rede escolar municipal, de forma a assegurar a perfeita execução do objeto conveniado.

IV - quanto aos Recursos Financeiros:

- a) reembolsar à **SECRETARIA**, mensalmente, no prazo de até 10 (dez) dias contados da apresentação da planilha "Demonstrativo da Despesa Mensal Decorrente do Pagamento dos Recursos Humanos Afastados", o valor despendido com o pagamento de vencimento ou salários e encargos relacionados ao pessoal colocado à sua disposição;
- b) abrir conta única e específica, vinculada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, no Banco do Brasil S.A., ou em outra instituição financeira oficial, para movimentação dos recursos transferidos pelo Estado, em atendimento aos objetivos definidos para o próprio Fundo.
- c) **(VETADO)**

V - quanto ao Acompanhamento e Controle:

- a) garantir à **SECRETARIA** e ao Conselho Municipal de Educação e/ou Conselho de Acompanhamento e Controle Social sobre os Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, o acesso às informações necessárias ao acompanhamento do desenvolvimento do Plano de Trabalho integrante deste

Convênio, sem prejuízo do regular acompanhamento e controle a cargo dos próprios órgãos da administração do **MUNICÍPIO**, responsáveis, direta ou indiretamente, pela execução das ações educacionais, administrativas e financeiras ligadas ao ensino fundamental.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR:

I - a estimativa do valor de que trata a alínea "a", do inciso III, da Cláusula Terceira deste Termo de Convênio, será obtida multiplicando-se o número de alunos matriculados nas escolas absorvidas pela rede escolar de ensino municipal, e não computado como matrículas municipais no censo educacional publicado pelo MEC, pelo valor médio aluno/mês estimado pelo FUNDEF, e pelo número de meses nos quais os alunos ficarão sob a gestão do município dentro do ano de exercício da assinatura do Convênio;

II - a estimativa do valor de que trata a alínea "a", do inciso IV, da Cláusula Quarta deste Termo de Convênio será obtida da planilha "Demonstrativo da Despesa Mensal Decorrente do Pagamento dos Recursos Humanos Afastados", durante o prazo de vigência deste Convênio;

III - o valor do presente Convênio é estimado em:

a) R\$ (Número) (Número por Extenso) referente ao previsto no inciso I desta Cláusula e;

b) R\$ (Número) (Número por Extenso) referente ao previsto no inciso II desta Cláusula.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes das obrigações do **MUNICÍPIO**, de que trata a alínea "a", do inciso IV, da Cláusula Quarta deste Termo de Convênio, onerarão dotações específicas do orçamento vigente do **MUNICÍPIO**, constituindo-se como despesa com o ensino fundamental.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS:

I - a **SECRETARIA** incumbir-se-á da promoção de todos os atos necessários à transferência automática dos recursos do FUNDEF para o **MUNICÍPIO**, mediante depósitos em conta única e específica, vinculada ao FUNDEF e aberta para esse fim no Banco do Brasil S.A., ou em outra instituição financeira oficial, observados os prazos, procedimentos e forma de divulgação estabelecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda.

II - o **MUNICÍPIO** efetuará, mensalmente, no prazo de até 10 (dez) dias contados da apresentação da planilha "Demonstrativo da Despesa Mensal Decorrente do Pagamento dos Recursos Humanos Afastados", o reembolso dos

valores de que trata a alínea "a", do inciso IV, da Cláusula Quarta deste Termo de Convênio, mediante depósito em conta a ser designada pela **SECRETARIA**.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: Salvo disposição legal em contrário, a prestação de contas dos recursos previstos neste Termo de Convênio deverá ser feita nos moldes das Instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sem prejuízo do acompanhamento e do controle previsto no inciso V, das Cláusulas Terceira e Quarta deste Convênio.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES: Este Convênio poderá ser alterado pelos signatários, mediante Termos de Aditamento, para adequações financeiras e/ou ajustes de execução do Plano de Trabalho, desde que não ocasionem modificações das demais Cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO:

I - o presente Convênio poderá ser denunciado, por escrito, até 120 (cento e vinte) dias anteriores ao início do exercício, ou rescindido por infração legal ou descumprimento das obrigações assumidas;

II - a denúncia do ajuste somente operará seus efeitos no exercício seguinte, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações assumidas naquele exercício, sem prejuízo da continuidade da garantia de atendimento à população escolar, creditando-lhes, os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO: Os partícipes providenciarão a publicação do extrato deste Termo de Convênio nos respectivos órgãos oficiais de imprensa, no prazo, na forma e para os fins legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO: Para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste Convênio, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS:

I - o afastamento do pessoal docente, técnico e administrativo dependerá de requisição específica do **MUNICÍPIO** e será efetivado por ato da Secretaria de Educação, em observância à legislação estadual sobre a matéria;

II - a suspensão ou a cessação do afastamento do pessoal docente, técnico e administrativo dependerá de solicitação expressa do Chefe do Poder Executivo

do **MUNICÍPIO**, que será responsável pela sua reposição, a fim de garantir a execução das ações do Plano de Trabalho que integra este **Convênio**;

III - as conclusões das reuniões realizadas entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações na execução deste Convênio, serão necessariamente registradas em relatório circunstanciado, que deverá integrar o respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA: O presente Convênio terá vigência de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

E, por estarem concordes, firmam o presente em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam todos os efeitos legais, pelo que eu, (Nome), o digitei, dato e assino.

São Paulo, (Dia) de (Mês) de (A no).
(Nomes)